



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Nº 113

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PPB</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Neivo Beraldin</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>
<i>PSB</i>	<i>Doutor Luciano</i>

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

15ª LEGISLATURA
ATA DA 006ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
10 DE DEZEMBRO DE 2003
(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelo senhor deputado Vanderlei Iensen e pela senhora deputada Cida Borghetti.

Às dezoito horas e quatro minutos foi registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Dele-gado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 686/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 040/2003, que dispõe sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, instituído pela Lei nº 8216, de 31 de dezembro de 1985, conforme específica.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 686/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica estabelecido, através da presente lei, o tratamento tributário pertinente ao Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, instituído pela Lei nº 8.216, de 31 de dezembro de 1985, e mantido no âmbito de competência do Estado pelo art. 155, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17 de março de 1993.

Parágrafo Único - Para efeito da incidência do imposto, considera-se veículo automotor qualquer veículo terrestre, aéreo ou aquático, dotado de força motriz própria de qualquer tipo, ainda que complementar, destinado ao transporte de pessoas e coisas.

Capítulo I
Do Fato Gerador

Art. 2º - O IPVA tem como fato gerador a propriedade de veículo automotor e será devido anualmente.

§ 1º - Ocorre o fato gerador do imposto:

a) na data da primeira aquisição de veículo automotor novo por consumidor final;

b) na data do desembaraço aduaneiro, em relação a veículo automotor importado do exterior por consumidor final, diretamente ou por meio de terceiros;

c) na data do arremate em leilão de veículo automotor que se encontrava ao abrigo do disposto no artigo 13;

d) na data da incorporação de veículo automotor ao ativo permanente do fabricante, do revendedor ou do importador;

e) no primeiro dia de cada ano, em relação aos veículos automotores adquiridos em anos anteriores;

f) na data da emissão, pela empresa montadora, da nota fiscal relativa à saída de veículo automotor, cuja montagem, em local diverso do estabelecimento fabricante do chassi, haja sido encomendada por consumidor final.

§ 2º - Considera-se ocorrido o fato gerador, tratando-se de veículo automotor usado:

data em que se der o fato ensejador da perda da imunidade ou da isenção;

b) transferido de outra unidade federada, no primeiro dia do ano subsequente.

§ 3º - Para os efeitos desta lei, considera-se:

a) novo, o veículo automotor sem uso, até a sua saída promovida por revendedor ou diretamente do fabricante ao consumidor final;

b) consumidor final, a pessoa física ou jurídica proprietária de veículo automotor destinado ao uso próprio ou em sua atividade empresarial.

§ 4º - O disposto na alínea “e” do parágrafo 1º deste artigo não se aplica a veículo automotor destinado à revenda cuja propriedade seja de fabricante, revendedor ou de importador e que nunca tenha pertencido a consumidor final.

§ 5º - Em relação a veículo automotor registrado, matriculado ou inscrito neste Estado, o imposto incide independentemente do local de domicílio do proprietário.

Capítulo II

Da Base de Cálculo

Art. 3º - A base de cálculo do IPVA é o valor venal do veículo automotor, observando-se:

I - no caso de veículo novo, o valor total constante do documento fiscal de aquisição, incluído o dos opcionais e acessórios;

II - quando se tratar de veículo importado não licenciado no país, o valor constante do documento de importação, convertido em moeda nacional pela mesma taxa cambial utilizada no cálculo dos tributos federais, acrescido dos valores dos tributos incidentes e despesas decorrentes da importação, ainda que não pagos;

III - no caso de arremate em leilão de veículo que se encontrava ao abrigo do disposto no artigo 13, o valor da arrematação acrescido dos tributos incidentes e das despesas debitadas ao arrematante;

IV - no caso de veículo incorporado ao ativo permanente do fabricante, revendedor ou importador, o valor do custo de aquisição, constante do documento fiscal relativo à aquisição, ou de fabricação;

V - quando se tratar de veículo montado por encomenda de consumidor final, em local diverso de estabelecimento fabricante do chassi, o somatório dos valores constantes dos documentos fiscais relativos à aquisição de partes e peças e aos serviços prestados, não podendo ser este somatório inferior ao valor médio de mercado;

VI - no caso de veículos automotores adquiridos em anos anteriores, o valor médio de mercado constante de tabela de valores venais para cálculo do IPVA aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado, ressalvado o contido nos parágrafos 7º e 8º deste artigo, observando-se:

a) em relação aos veículos aéreos, peso máximo de decolagem e ano de fabricação;

motor, comprimento, tipo de casco e ano de fabricação;

c) em relação aos veículos terrestres, marca, modelo, espécie e ano de fabricação.

§ 1º - Nas hipóteses dos incisos I a V deste artigo e da alínea “a” do parágrafo 2º do artigo 2º, a base de cálculo será calculada em 1/12 (um doze avos) por mês ou fração, a partir da data da ocorrência do fato gerador do imposto.

§ 2º - No caso de comprovação de perda total do veículo automotor, por sinistro, roubo, furto, extorsão ou estelionato, será devido o imposto na razão de 1/12 (um doze avos) por mês ou fração, contados até a data da ocorrência do fato.

§ 3º - Na hipótese do parágrafo anterior, caso o veículo venha a ser recuperado, o imposto do exercício em que ocorrer a recuperação será devido na razão de 1/12 (um doze avos) por mês ou fração, contados a partir daquele em que tenha sido expedido o Auto de Entrega pelo órgão competente, na forma e prazo previstos em Instrução da Secretaria da Fazenda, ficando dispensada a cobrança do imposto relativo ao período em que o veículo esteve fora da posse direta do seu proprietário.

§ 4º - A tabela de que trata o inciso VI do *caput* deste artigo, indicará o valor da base de cálculo em moeda corrente, devendo ser publicada até o último dia do exercício anterior, para aplicação durante o exercício imediatamente seguinte ao de sua publicação.

§ 5º - Os veículos automotores cujo valor do imposto resultar em montante inferior ao equivalente a R\$50,00 (cinquenta reais), terão este valor como carga tributária mínima sem prejuízo do disposto nos parágrafos 1º a 3º deste artigo.

§ 6º - Às aeronaves com mais de vinte anos de fabricação aplicar-se-á a mesma base de cálculo prevista para aeronaves com vinte anos de fabricação, constante da tabela a que se refere o inciso VI do *caput* deste artigo.

§ 7º - Em relação aos veículos automotores não constantes na tabela a que se refere o inciso VI do *caput* deste artigo, a base de cálculo será o valor equivalente a 85% do valor da nota fiscal de aquisição.

§ 8º - Em sendo comprovada a incompatibilidade das especificações do veículo automotor, tendo-se em vista os dados cadastrais existentes no sistema, com a base de cálculo atribuída na forma do inciso VI do *caput* deste artigo, observado o disposto em Instrução da Secretaria da Fazenda, poderá ser adotado o valor:

a) de veículo similar, constante da tabela ou existente no mercado;

b) arbitrado pela autoridade administrativa, na hipótese de ser inviável a aplicação do disposto na alínea anterior.

§ 9º - É irrelevante para a determinação da base de cálculo o estado de conservação do veículo individualmente considerado.

Das Alíquotas

Art. 4º - As alíquotas do IPVA são:

I - 1% (um por cento) para:

a) ônibus, caminhões e quaisquer outros veículos automotores registrados no Departamento de Trânsito do Paraná - Detran/PR, ou cadastrados na Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná - Sefa/PR, na categoria aluguel ou espécie carga;

b) veículos automotores destinados à locação, de propriedade de empresas locadoras ou cuja posse estas detenham em decorrência de contrato de arrendamento mercantil;

II - 2,5% (dois e meio por cento) para os demais veículos automotores registrados no Detran/PR ou cadastrados na Sefa/PR.

Capítulo IV

Do Contribuinte e do Responsável

Art. 5º - Contribuinte do IPVA é a pessoa natural ou jurídica que detenha a propriedade de veículo automotor.

Parágrafo Único - Na hipótese de veículo automotor cedido pelo regime de arrendamento mercantil, contribuinte é a empresa arrendadora.

Art. 6º - São responsáveis pelo pagamento do IPVA devido:

I - solidariamente:

a) o despachante que tenha promovido o despacho de registro e licenciamento do veículo automotor sem o pagamento do IPVA;

b) o leiloeiro, síndico, comissário, liquidante e o inventariante;

c) o adquirente de veículo automotor com alienação fiduciária ou com reserva de domínio;

d) o adquirente, em relação ao veículo adquirido sem o pagamento do imposto do exercício ou exercícios anteriores;

e) qualquer pessoa que detiver a posse do veículo automotor, independentemente do local de domicílio do proprietário;

f) qualquer pessoa que tenha, em seu próprio nome, requerido o parcelamento de débito de IPVA;

II - as pessoas arroladas nas demais hipóteses previstas no Código Tributário Nacional.

Parágrafo Único - O tributo pode ser exigido do contribuinte ou do responsável, indistintamente, ficando este último sub-rogado nos direitos e obrigações do contribuinte, estendendo-se sua responsabilidade à punibilidade por infração tributária.

Capítulo V

Do Cadastro e da Fiscalização

Art. 7º - A Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná poderá instituir, isolada ou em conjunto com outros

tários de veículos automotores contribuintes do IPVA.

§ 1º - O cadastro de veículos será mantido atualizado:

I - pelo Detran/PR;

II - pela Sefa/PR, na forma estabelecida em Instrução da referida Secretaria, em relação às embarcações e aeronaves.

§ 2º - O Detran/PR não concederá licenciamento ou transferência de propriedade de veículos automotores, sem quitação integral do imposto devido nos exercícios anteriores e do exercício corrente.

§ 3º - É obrigatória a inscrição do contribuinte do IPVA nos órgãos responsáveis pela matrícula, inscrição ou registro de veículo aéreo, aquático ou terrestre, devendo os referidos órgãos fornecer à Sefa/PR os dados cadastrais relativos aos veículos e seus respectivos proprietários e possuidores a qualquer título.

§ 4º - No caso de transferência de propriedade de veículo automotor, o proprietário que estiver efetuando a transferência deverá comunicar o fato ao órgão responsável pela matrícula, inscrição ou registro do veículo.

Art. 8º - Compete à Sefa/PR, com auxílio do Detran/PR, da Polícia Militar do Estado e, na forma de convênio com a Polícia Rodoviária Federal e com os municípios, fiscalizar a execução desta lei.

Capítulo VI

Do Lançamento

Art. 9º - O lançamento do IPVA dar-se-á anualmente por homologação ou de ofício.

§ 1º - A autoridade administrativa procederá ao levantamento dos dados cadastrais relativos aos sujeitos passivos, proprietários de veículos automotores registrados, matriculados ou inscritos no Estado do Paraná, emitindo e enviando-lhes documento para instituir o lançamento do IPVA por homologação e correspondente pagamento, o qual deverá conter a identificação do veículo automotor e a indicação da base de cálculo, alíquota e valor do tributo, bem como a forma e o prazo de pagamento.

§ 2º - O sujeito passivo promoverá o pagamento do crédito tributário relativo ao IPVA, sujeito à homologação, na forma prevista em Instrução da Secretaria da Fazenda, ficando extinto o crédito tributário correspondente, nos termos do artigo 156, VII, do Código Tributário Nacional.

§ 3º - O não pagamento do IPVA no prazo legal implicará lançamento de ofício com exigência de multa, correção monetária e juros de mora, nos termos desta lei, observado o contido no artigo 16.

Capítulo VII

Do Vencimento

Art. 10 - O IPVA terá seu vencimento na data da ocorrência do fato gerador de que trata o artigo 2º.

Art. 11 - O IPVA deverá ser pago:

I - na hipótese da alínea “e” do parágrafo 1º do artigo 2º, sem acréscimos legais, nas datas fixadas em Instrução da Sefa/PR;

II - nas hipóteses das alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “f” do parágrafo 1º, e da alínea “a” do parágrafo 2º, ambos do artigo 2º, no prazo de até trinta dias da data da aquisição, do desembaraço aduaneiro, da arrematação em leilão, da incorporação do veículo ao ativo permanente, da saída do veículo automotor montado sob encomenda do consumidor final em local diverso do estabelecimento fabricante do chassi ou da perda da imunidade ou da isenção, respectivamente.

§ 1º - O local, a forma e o calendário de pagamento do IPVA, atendendo os prazos definidos nesta lei, serão fixados em Instrução da Secretaria da Fazenda, devendo o recolhimento ser efetuado junto à rede bancária autorizada pela Sefa/PR.

§ 2º - O pagamento do imposto de que trata o inciso I poderá ser feito em até cinco parcelas iguais, mensais e consecutivas, com eventuais arredondamentos monetários acrescidos na parcela inicial, sendo a primeira no mês de março e a última no mês de julho, de acordo com calendário previsto em Instrução da Secretaria da Fazenda.

§ 3º - Para o pagamento do imposto, em parcela única, será concedida redução de: a) 15% (quinze por cento) do valor devido, para pagamento no mês de fevereiro, conforme calendário de vencimentos fixado em Instrução da Secretaria da Fazenda;

b) 5% (cinco por cento) do valor devido, para pagamento no mês de março, conforme calendário de vencimentos fixado em Instrução da Secretaria da Fazenda;

c) 5% (cinco por cento) do valor devido, para pagamento no prazo de que trata o inciso II deste artigo.

§ 4º - Para os fins do disposto no parágrafo 2º:

a) a falta de pagamento de qualquer das parcelas, no prazo estabelecido, não implicará perda do parcelamento, ficando as mesmas sujeitas ao acréscimo de atualização monetária, multa e juros, cujo termo inicial será a data de vencimento de cada parcela;

b) vencido o prazo de pagamento da última parcela, e não tendo ocorrido o pagamento integral das mesmas nos prazos previstos, o saldo pendente de pagamento será acrescido de atualização monetária, juros e multa, cujo termo inicial para cálculo dos valores exigíveis retroagirá à data de vencimento da primeira parcela que deixou de ser integralmente quitada.

§ 5º - No caso de ocorrer pagamento indevido do IPVA:

a) o valor recolhido a maior poderá ser imputado em pagamento de outros débitos do IPVA do mesmo

Secretaria da Fazenda;

b) em havendo saldo remanescente, a restituição do indébito será feita a requerimento do contribuinte ou do responsável à autoridade fazendária, que procederá a devolução com correção monetária, conforme critério de atualização do imposto a que se refere a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, tomando-se por termo inicial a data do pagamento indevido e por termo final a data do despacho que deferir a restituição.

Capítulo IX

Do Parcelamento

Art. 12 - No exercício subsequente ao do vencimento do IPVA, os créditos tributários pendentes de pagamento, inclusive os inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não, compreendendo o montante do imposto e dos acréscimos legais calculados até a data da solicitação do parcelamento, poderão ser pagos em até 10 (dez) parcelas, mensais e sucessivas, na forma prevista em Instrução da Secretaria da Fazenda.

§ 1º - O valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a R\$50,00 (cinquenta reais).

§ 2º - O pedido de parcelamento implica reconhecimento incondicional da infração e do crédito tributário, tendo a concessão resultante caráter decisório.

§ 3º - O pedido de parcelamento deverá ser subscrito pelo solicitante, que se identificará devidamente.

§ 4º - Acarretará rescisão do parcelamento a falta de pagamento integral de três parcelas ou o decurso do prazo de três meses sem o pagamento integral de uma parcela.

§ 5º - Rescindido o parcelamento, o saldo do crédito tributário será inscrito em dívida ativa ou substituída a certidão para início ou prosseguimento da cobrança executiva.

§ 6º - O crédito tributário objeto de parcelamento sujeitar-se-á, a partir do mês subsequente ao da sua formalização, à atualização monetária e a juros calculados sobre o saldo devedor.

Capítulo X

Da Não-Incidência e da Isenção

Art. 13 - O IPVA não incide sobre veículos de propriedade:

I - da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - das entidades a seguir relacionadas, desde que o veículo esteja vinculado com as suas finalidades essenciais ou com as delas decorrentes:

a) de autarquia ou fundação instituída e mantida pelo poder público;

b) de instituição de educação ou de assistência social;

d) de entidade sindical de trabalhador.

§ 1º - A não-incidência de que trata as alíneas “b”, “c” e “d” do inciso II condiciona-se à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nelas referidas, sem prejuízo do contido no parágrafo 2º deste artigo:

a) não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;

b) aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

c) manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 2º - A não-incidência de que trata a alínea “b” do inciso II condiciona-se à apresentação de comprovante de credenciamento atualizado junto ao Conselho Municipal de Assistência Social ou de credenciamento expedido pelo Conselho Estadual de Assistência Social ou Conselho Nacional de Assistência Social.

§ 3º - Cessado o motivo ou a condição que lhe der causa, cessa a não-incidência.

§ 4º - Instrução da Secretaria da Fazenda disporá sobre a forma de reconhecimento da não-incidência.

Art. 14 - São isentos do pagamento do IPVA, os veículos automotores:

I - terrestres que, em razão do tipo, a legislação específica proíbe o tráfego em vias públicas;

II - de propriedade de Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Representações de Organismos Internacionais, de caráter permanente, e de propriedade dos respectivos funcionários estrangeiros indicados pelo Ministério das Relações Exteriores;

III - utilizados no transporte público de passageiros na categoria aluguel (táxi), de propriedade de motorista profissional, pessoa física, ou cuja posse seja decorrente de contrato de arrendamento mercantil, e por ele utilizado na sua atividade profissional;

IV - tipo ônibus, exclusivamente empregados em linha de transporte urbano, suburbano ou metropolitano de pessoas, cedida por concessão pública;

V - de propriedade de pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas.

a) É considerada também pessoa portadora de deficiência física aquela que apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

b) é considerada pessoa portadora de deficiência visual aquela que apresenta acuidade visual ou menor que

correção, ou campo visual inferior a 20º, ou ocorrência simultânea de ambas situações;

c) o veículo automotor deverá ser adquirido diretamente pelo portadora da deficiência física e, no caso dos interditos, pelos curadores;

d) adotar-se-á a definição dada no ato conjunto editado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e pelo Ministério da Saúde, de que trata o parágrafo 4º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003, para fins de conceituação de pessoas portadoras de deficiência mental severa ou profunda, ou autistas, bem como as normas e requisitos para emissão dos laudos de avaliação delas;

e) os curadores respondem solidariamente quanto ao imposto que deixar de ser pago, em razão da isenção de que trata o inciso V.

VI - destinados, exclusivamente, ao transporte escolar, cuja propriedade ou posse decorrente de contrato de arrendamento mercantil seja de pessoa física ou prefeitura municipal;

VII - tipo embarcação, de propriedade de pescador profissional, pessoa física, e por ele utilizada na atividade pesqueira;

VIII - apreendidos pelo Detran/PR, que venham a ser leiloados pelo próprio órgão;

IX - com mais de 20 anos de fabricação, excetuadas as aeronaves e embarcações.

§ 1º - O benefício de que trata o inciso II fica condicionado à existência de reciprocidade de tratamento tributário, declarada pelo Ministério das Relações Exteriores.

§ 2º - Para fins de fruição do disposto:

a) nos incisos III e V, a isenção restringir-se-á, anualmente, a um veículo automotor por contribuinte;

b) no inciso VI, no caso de o beneficiário ser pessoa física, a isenção restringir-se-á, anualmente, a um veículo automotor por contribuinte.

§ 3º - Cessado o motivo ou a condição que lhe der causa, cessa a isenção.

§ 4º - O reconhecimento das isenções far-se-á na forma prevista em Instrução da Secretaria da Fazenda.

X - Utilizados por oficiais de justiça, de propriedade de pessoa física, ou cuja posse seja decorrente de contrato de arrendamento mercantil, e por ele utilizado na sua atividade profissional.

Capítulo XI

Da Penalidade

Art. 15 - O infrator à legislação do IPVA fica sujeito à multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do IPVA não pago no prazo devido.

Parágrafo Único - A multa prevista no *caput* deste artigo:

I - será reduzida, do 1º ao 30º dia seguinte àquele em que tenha expirado o prazo de pagamento, para 0,33%

por dia de atraso;

II - será aplicada sobre o valor do imposto monetariamente atualizado.

Capítulo XII

Do Processo Administrativo Fiscal

Art. 16 - O lançamento de ofício do imposto, pela Coordenação da Receita do Estado, será efetuado mediante a emissão de notificação fiscal ou auto de infração.

Art. 17 - A apuração das infrações à legislação tributária e a aplicação das respectivas multas dar-se-ão através de processo administrativo fiscal, cujas folhas serão numeradas e rubricadas e as peças que o compõem dispostas na ordem em que forem juntadas, obedecendo, em primeira instância, o seguinte procedimento e disposições:

I - Da Notificação Fiscal e do Auto de Infração

A formalização da exigência de crédito tributário dar-se-á mediante a emissão de notificação fiscal, efetuada por processo eletrônico, mediante publicação de edital no Diário Oficial do Estado, ou lavratura de auto de infração, por funcionário da Coordenação da Receita do Estado no exercício de função fiscalizadora, no momento em que for verificada infração à legislação tributária, observando-se que:

a) a notificação fiscal e o auto de infração não deverão apresentar rasuras, entrelinhas ou emendas e neles descrever-se-á, de forma precisa e clara, a infração averiguada, devendo ainda conter:

- 1 - o local e a data da emissão;
- 2 - a identificação do sujeito passivo;
- 3 - o dispositivo e a penalidade aplicável;
- 4 - o valor do crédito tributário relativo ao IPVA, quando devido, demonstrado em relação a cada ano;

5 - a determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugná-la no prazo de 30 (trinta) dias;

6 - a identificação funcional do auditor fiscal e sua assinatura, ficando esta dispensada no caso de lançamento emitido por processo eletrônico;

b) as eventuais falhas da notificação fiscal ou do auto de infração não acarretam nulidade, desde que permitam determinar com segurança a infração e o sujeito passivo;

c) a Sefa/PR manterá sistema de controle, registro e acompanhamento dos processos administrativos fiscais;

II - Intimação

a) a intimação para que o sujeito passivo integre a instância administrativa, bem como da decisão de que trata o inciso VIII deste artigo, far-se-á:

1 - no caso de notificação fiscal, por publicação no Diário Oficial do Estado;

2 - no caso de auto infração, pessoalmente, mediante entrega à pessoa do próprio sujeito passivo, seu representante ou preposto, de cópia do auto de infração

alternativamente, por via postal ou telegráfica, com prova do recebimento, ou, alternativamente, por publicação única no Diário Oficial do Estado ou no jornal de maior circulação na região do domicílio do sujeito passivo.

b) considerar-se-á efetuado a intimação, dependendo do meio utilizado:

1 - trinta dias da publicação do edital;

2 - na data da ciência do intimado;

3 - na data do recebimento, por via postal ou telegráfica, ou, se a data for omitida, quinze dias após a entrega da intimação à agência postal telegráfica;

III - Da Reclamação

Reclamação é a defesa apresentada, em cada processo, pelo sujeito, passivo, no prazo de trinta dias, a contar da data em que se considera feita a intimação, observando-se que:

a) será protocolizada em repartição fiscal pelo sujeito passivo e nela este aduzirá todas as razões e argumentos de sua defesa, juntando, desde logo, as provas que tiver;

b) sua apresentação, ou na sua falta, o término do prazo para reclamação, instaura a fase litigiosa do procedimento;

c) apresentada tempestivamente supre eventual omissão ou defeito da intimação;

IV - Contestação

Apresentada a reclamação, o processo será encaminhado, em quarenta e oito horas, para manifestação, no prazo de trinta dias, sobre as razões oferecidas pelo sujeito passivo, ao autor do procedimento ou, no caso de notificação fiscal, ao funcionário designado pela Delegacia Regional da Receita do domicílio tributário do sujeito passivo;

V - Diligências

O chefe da repartição, a requerimento do reclamante ou de ofício, poderá determinar a realização de diligências ou requisitar documentos ou informações que forem consideradas úteis ao esclarecimento das circunstâncias discutidas no processo;

VI - Parecer

Contestada a reclamação e concluídas as eventuais diligências, será ultimada a instrução do processo, no prazo de até quinze dias do recebimento, com parecer circunstanciado sobre a matéria discutida;

VII - Revisão de Notificação Fiscal e de Auto de Infração

Se, após a emissão da notificação fiscal ou do auto de infração e antes da decisão de 1º Instância, for verificado erro na capitulação da pena, existência de sujeito passivo solidário ou falta que resulte em agravamento da exigência, será emitida notificação fiscal ou auto de infração de revisão, do qual será intimado o autuado e o solidário, se for o caso, abrindo-se prazo de trinta dias para apresentação de reclamação;

VIII - Julgamento em Primeira Instância

O julgamento do processo, em primeira instância, compete ao diretor da Coordenação da Receita do Estado

proferir a decisão a autoridade administrativa poderá solicitar a audiência de órgão jurídico da Coordenação da Receita ou da Procuradoria Fiscal do Estado;

IX - Dos Recursos para Segunda Instância

As razões do recurso serão juntadas ao respectivo processo, para ulterior encaminhamento ao órgão de segunda instância, observando-se que:

a) os recursos ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais são:

1 - de ofício, da decisão favorável ao sujeito passivo, desde que o montante atualizado do crédito tributário julgado improcedente seja superior ao valor equivalente a 100 (cem) Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná - UPF/PR, do mês da emissão da notificação fiscal ou do auto de infração, caso em que será formalizado mediante manifestação obrigatória da autoridade prolatora da decisão, no final desta;

2 - ordinário, total ou parcial, em cada processo, com efeito suspensivo, pelo autuado, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da intimação da decisão;

b) o recurso ordinário interposto intempestivamente antes da inscrição do crédito tributário correspondente em dívida ativa, será encaminhado ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, cabendo a este apreciar a preclusão;

c) o rito processual em segunda instância obedecerá às normas previstas em lei complementar;

X - Vista dos Autos

Em qualquer fase do processo, em primeira instância, é assegurado ao sujeito passivo o direito de vista dos autos na repartição fazendária onde tramitar o feito administrativo, e permitido o fornecimento de cópias autenticadas ou certidões por solicitação do interessado, lavrando o servidor termo com indicação das peças fornecidas;

XI - Decisões Finais

As decisões são finais e irrevogáveis, na esfera administrativa, quando delas não caiba mais recursos ou se esgotarem os prazos para tal procedimento, observando-se que:

a) após decorrido o prazo para oferecimento de recursos, as decisões finais favoráveis ao Estado, serão executadas mediante intimação do sujeito passivo pela Coordenação da Receita do Estado, observado no que couber o disposto no inciso II deste artigo, para, no prazo de 30 (trinta) dias, cumprir a obrigação, sob pena de inscrição do débito em dívida ativa;

b) o encaminhamento das certidões de dívida ativa para propositura da respectiva ação executiva far-se-á independentemente de nova intimação ou notificação do sujeito passivo, além da prevista na alínea "a" deste inciso.

XII - Da Parte do Crédito Tributário Não Impugnado

Se o sujeito passivo concordar apenas parcialmente com a exigência ou com a decisão de primeira instância, poderá, respectivamente, oferecer reclamação ou interpor recurso ordinário apenas em relação à parcela do

mente, o pagamento da parte não contestada.

Capítulo XIII

Da Repartição da Receita

Art. 18 - A parcela do produto da arrecadação do IPVA pertencente:

I - ao Estado, será repassada pelo estabelecimento bancário na forma e prazo estabelecidos pela Sefa/PR;

II - ao município do licenciamento, registro ou matrícula do veículo automotor, será creditada na forma da legislação federal relativa à matéria e dos convênios porventura firmados entre as prefeituras e a instituição financeira arrecadadora, deduzidas as importâncias correspondentes às devoluções de indébitos.

Capítulo XIV

Das Disposições Finais

Art. 19 - Fica o secretário da Fazenda autorizado a cancelar créditos tributários relativos ao IPVA cujo montante atualizado seja igual ou inferior a R\$30,00 (trinta reais).

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de importância já recolhidas.

Art. 20 - Os créditos tributários relativos ao IPVA, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2003, expressos em UFIR ou FCA, inclusive atualização monetária e multa, serão convertidos em reais a partir da mencionada data, observados os índices vigentes nas datas dos respectivos exercícios dos fatos geradores.

Art. 21 - Aplicam-se ao IPVA os créditos e coeficientes previstos na Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996:

I - de atualização monetária, inclusive para fins de restituição de indébito;

II - de cobrança de juros de mora.

Art. 22 - Fica aprovada, nos termos do inciso VI do artigo 3º, a tabela de valores venais para cálculo do IPVA do exercício de 2004, que constitui o Anexo Único desta Lei.

Art. 23 - Em relação aos veículos usados, o Detran/PR poderá enviar aviso ao sujeito passivo informando o valor do imposto devido e a data do vencimento, conjuntamente com o do licenciamento.

Art. 24 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, e demais disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.12.2003.

(a) ADEMAR TRAIANO
Presidente e Relator

Senhor presidente, mais que para encaminhar, para registrar a oportunidade, ontem nós acabamos abrindo mão de esclarecer aos demais pares a Emenda que foi aposta a esse projeto do Executivo, no sentido de conceder a todos os portadores de deficiência do Estado do Paraná o mesmo benefício que outrora se concedia somente aos deficientes físicos e aos portadores de deficiência locomotoras. Na verdade nós adequamos a lei do Estado do Paraná à lei federal que já fazia esta justiça, estabelecendo o mesmo critério para os demais.

Então só para registrar aos nobres pares desta Casa que a legislação do Estado do Paraná, salvo entendimento contrário do governador, faz justiça para com os portadores de deficiência do Estado do Paraná e ao mesmo tempo estamos adequados à lei federal, que não permite discriminação entre os portadores de deficiência física.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente e senhores deputados.

Só a título de comunicar a este Parlamento, que aqueles argumentos que a Oposição enumerou nas tribunas desta Casa, de que votar a lei proibindo os transgênicos era inconstitucional, ilegal e que não resistiria à ação impetrada junto ao Supremo Tribunal Federal.

Efetivamente não conseguimos, com os nossos argumentos, convencer os deputados de Situação, mas o Direito é bom quando efetivamente encaminhado aos Tribunais Superiores. O Supremo Tribunal Federal acaba de liberar a venda de transgênicos no Estado do Paraná. A comercialização dos Transgênicos está liberada no Estado do Paraná, a decisão é unânime e é do Supremo Tribunal Federal, a Corte concedeu liminar para suspender os efeitos 14162/2003. Claro todos nós sabemos que essa lei proibiu o cultivo, a manipulação, a importação, a exportação e industrialização e comercialização dos transgênicos.

Faço também um apelo aqui, presidente. Existe um projeto, uma mensagem do governo que está na CCJ na véspera de ser votado, que procura regulamentar a questão dos transgênicos no Estado do Paraná. Acho que é descabida a apreciação desta matéria na Assembleia Legislativa enquanto tivermos sob o efeito dessa proibição do Supremo Tribunal Federal.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Pela Ordem)

Só para registrar que essa decisão do Supremo vai fazer com que a economia do Estado do Paraná continue forte. E a agricultura, os produtores rurais do Estado do Paraná, a parcela que produz soja no nosso Estado, agradece ao Supremo Tribunal Federal.

Com certeza essa medida vai fazer com que o Paraná continue produzindo soja e exportando para o mundo inteiro.

Item 1 da Ordem do Dia.

Redação Final do Projeto de Lei nº 686/2003.

Aprovado.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 220/2003, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, que dispõe sobre a adoção de cota de 50% das vagas dos cursos de graduação das instituições estaduais de ensino superior para alunos da rede Pública de Ensino. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ À EMENDA 02 E CONTRÁRIOS ÀS 01 E 03.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 220/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 220/2003 recebeu 3 emendas no duto Plenário, na Sessão Plenária do último dia 9 de dezembro. Chamada a opinar a Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer favorável à Emenda nº 02, por entender que a mesma contempla, de forma mais ampla, os nobres objetivos do legislador, proporcionando, também, maior possibilidade de execução da norma pretendida.

Com isso, ficam prejudicadas as Emendas de nº 01 e 03, do Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 10.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DOUTOR LUCIANO - Relator

SUBSTITUTIVO DE PLENÁRIO Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 220/2003

Art. 1º - Ficam as instituições estaduais de ensino superior do Estado do Paraná, obrigadas a reservar 35% (trinta e cinco por cento) das vagas em cursos de graduação para alunos da rede pública de ensino do Paraná.

Art. 2º - A cota de 35% é garantida aos alunos que tenham cursado todo o Ensino Médio em instituição pública no Estado do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.12.2003.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

Apoiamento:

Valdir Rossoni, Nelson Justus, Ratinho Júnior, Luiz Carlos Martins, Barbosa Neto e 1 ilegível.

Temos que votar inicialmente o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e o parecer favorável da Comissão de Educação. E depois teremos que votar os pareceres de Plenário que tiveram parecer favo-

ção os pareceres favoráveis ao projeto da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Educação. Em votação. **Aprovado.**

Em votação substitutivo da CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Emenda da Comissão de Educação.

O SR. TADEU VENERI (**Para Encaminhar**)

Nós estamos solicitando que a Emenda nº 02 seja aprovada, porque foi feito entre o líder do Governo e o deputado Ribas Carli, o entendimento que a ela, que está com parecer favorável, é a emenda que prevê que tenhamos os 35% que essa cota possa ser destinada a todos os alunos de escola pública independente do Estado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação a emenda da Comissão de Educação - **Aprovada.**

Vamos para a votação de 3 emendas: a 1 e a 3, têm parecer contrário da CCJ e a 2, favorável. Em votação: 1 e 3 - **Rejeitadas**; 2: **Aprovada.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, só solicito que V. Exa. determine à Mesa que no parágrafo 1º da emenda 2, fique constado 35% como consta no parágrafo 2º, porque este é o objetivo da Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está registrado.

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 707/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que autoriza o Governo do Estado do Paraná, o IAP e a Cohapar, fazer cooperação e utilizar madeiras ilegais provenientes das apreensões e das florestas públicas e remanescentes da Paraná Ambiental, para a construção de casas populares. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2003, de 25.11.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 707/2003

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei em tela, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, dispõe da cooperação entre o governo do Estado do Paraná o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e a Companhia Paranaense de Habitação do Paraná (Cohapar).

O projeto prevê que o Estado do Paraná utilizará as madeiras ilegais apreendidas no âmbito do Estado, para a construção de casas populares às famílias de baixa renda e àquelas que perderam suas casas em acidentes.

poderá utilizar as madeiras provenientes das florestas públicas e as remanescentes da Paraná Ambiental para esta finalidade (construção de casas populares) além das madeiras ilegais apreendidas.

Com a certeza que a aprovação e execução do presente projeto contribuirá para a diminuição do enorme déficit habitacional existente neste Estado e dada a importância do projeto de lei, com base o artigo 53, V e X da Constituição do Estado do Paraná e pelo inegável interesse do Paraná sobre a presente matéria nosso parecer é favorável a este projeto de lei na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

EMENDA MODIFICATIVA DA CCJ AO PROJETO DE LEI Nº 707/2003

Modifique-se a súmula do projeto de lei para que passe a vigorar com a seguinte redação:

Súmula - Dispõe sobre cooperação entre o Estado do Paraná, Companhia de Habitação do Paraná e o Instituto Ambiental do Paraná, na utilização das madeiras ilegais apreendidas no âmbito do Estado para a construção de Casas Populares e dá outras providências.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Apoiamento:

José Maria Ferreira, Hermes Fonseca.

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 717/2003, de autoria da CPI da Copel, que altera a redação da alínea "E", do Parágrafo Único, do artigo 9º, da Lei nº 1.384, de 10 de novembro de 1953, acrescida pela Lei nº 11.740 de 19 de junho de 1997, acrescenta-lhe novos dispositivos e dá outras providências. **(Publ. no DA nº 104/2003, de 02.12.2003).**

Este projeto, para ser levado à votação, temos que aprovar, primeiro, o requerimento subscrito por diversos deputados transformando a Sessão em Comissão Geral para a votação deste projeto.

Em votação o requerimento. **Aprovado.**

Designo, então, o deputado Marcos Isfer, para relatar o Projeto de Lei nº 717/2003.

O SR. MARCOS ISFER

Este projeto de lei é fruto das reflexões do trabalho desenvolvido pela Comissão Parlamentar de Inquérito que investigava as ações sobre a Copel, mas antes de tudo, é fruto do desejo popular do Estado do Paraná que manifestou, através de um projeto de iniciativa popular que veio a esta Casa e, posteriormente, á eleição do atual governador Roberto Requião, o desejo de que a Copel

Paraná. Esse projeto de emenda constitucional veda a venda das ações que detém o Estado do Paraná sobre a Copel, numa clara demonstração de acatamento desta Assembléia do desejo do povo paranaense.

Então ela é legal, constitucional e em perfeitas condições de ser votada.

Era isso. Obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Só para comunicar a esta Casa, o líder da Oposição Durval Amaral acaba de anunciar que o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, cancelou a lei. Só para lembrar que esta ação é do Partido da Frente Liberal.

Só para que fique nos registros dos Anais desta Assembléia que, quando nós discutimos a lei e dizíamos que estávamos aprovando uma lei inócua, não fomos entendidos, mas o nosso partido procurou em Brasília os seus direitos, de onde foi confirmado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado nos Anais desta Casa.

Em discussão o parecer do deputado Marcos Isfer, em relação ao Projeto de Lei nº 717/2003.

Encerrada a discussão. Em votação. **Aprovado.**

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 007/2003, de autoria da CPI da Copel, que susta portarias expedidas pelo Instituto Ambiental do Paraná, conforme especifica. (**Publ. no DA nº 104/2003, de 02/12/2003**).

Designo o deputado Marcos Isfer para relatar o referido decreto legislativo.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, senhores deputados.

Esse decreto legislativo susta toda e qualquer autorização que tenha sido dada pelo Instituto Ambiental do Paraná, após a designação e determinação do governador e da CPI da Copel, para que fossem sustados todos os processos que não estivessem em operação no Estado do Paraná, de empresas e pequenas usinas de energia hidrelétrica.

Infelizmente nós soubemos que discricionariamente algumas licenças acabaram sendo dadas. O governador, quando informado, também nos deu a determinação de que esta Assembléia sustasse toda e qualquer determinação nesse sentido.

Então, neste momento, esse decreto legislativo susta toda autorização que tenha sido dada depois deste Ato. É legal, constitucional e dentro dos princípios legislativos desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em discussão o parecer do deputado Marcos Isfer.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma Sessão Ordinária para quinta-feira, dia 11, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 583/2003 e 584/2003.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Diretoria Geral:

PORTARIA Nº 077/2003

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

conceder férias relativas ao ano de 2004, aos funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Poder Legislativo, conforme a seguir:

De 1º a 30 de Janeiro	Matrícula
José Maria de Paula	109
Danilo Cerqueira Leite Júnior	333
Doroti Wolkmer Linhares	088
Eleovan Cesar Ribeiro	373
Gilberto Bittencourt Fontoura	450
Lidia Muchinski	487
Luiz Lima	504
Marlene de Brito Perrone	222
Maria de Lourdes G.M. Magalhães	011
Eldo Gevezier	056
Maria Lilian d'Amaral Borchardt	195
Nelson Augusto Araújo	501
Pedro Alvares dos Santos	084
Regina Trinkel Araújo	185
Raquel Tounier Tassi	613
Roberto Novaes	130

De 1º a 30 de Janeiro	Matrícula
Rogério Antonio S. do Nascimento	495
Sebastião de Lima Cardoso	172
Helena Regina Stephan Moro	076
Sonia Goreti de O. Carvalho	058
Maria de Lourdes Bizetto	330
Maria Celuta Tavares	083
Patrícia Dorneles Dantas	612
Stella Maris Aguiar Machado	614
Tereza Cristina C. Q. Campelo	616
Valter Antonio Marchiorato	366
Wilson Kaiel	436
Julcimara Ribeiro da Costa	102
Rosemery Vieira de Almeida	119
José Carlos Pereira Portella	574
Hilton Ronald Alice	044

De 1º de Fevereiro a 1º de Março	Matrícula
Deonilso Roldo	117
João Alberti Andretta	476
Lindamir Edil Caran	510
Luiz Carlos Gonçalves de Castro	592
Marco Antonio Saldanha da Rocha	377

De 1º a 30 de Março	Matrícula
Katia Maria Trinkel Brunetti	217
Olga Popovitch	319
Vanderlei Norberto Rebello	100
Andréia Urban	617
Izabel Conceição S. de O. Castro	611

De 1º a 30 de Abril	Matrícula
Fábio José Brante	620

De 1º a 30 de Abril	Matrícula
Margarete Sikora	619
Sandra Mara Ferreira de Souza	618
Sonia Aparecida Matsuno	615
Airton Cesar Santin	182

De 1º a 30 de Maio	Matrícula
Inolan Antonio G. de Oliveira	123
Marco Antonio Marconcini	146

De 1º a 30 de Junho	Matrícula
Maria Elisa Rebello	606
Nilton Busatto	317

De 1º a 30 de Julho	Matrícula
Angelina Garcia Pacheco	183
Edgar Santos Buquera	485
Luiz Alberto Kuchenbecker	066
Luiz Fabio Campana	121
Paulo Henrique de A. Gonçalves	596
Sandra Catarin Pacheco	118

De 1º a 30 de Outubro	Matrícula
Nilton Luiz Imthon Bueno	166

De 1º a 30 de Novembro	Matrícula
Juliana Ferreira Leite	607
Nanci Terezinha Kotelak	029

De 1º a 30 de Dezembro	Matrícula
Alberto Savoia Assef	147
Dimitrya Pirih Maranhão	138

Gabinete da Diretoria Geral, em 20.12.2003.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

COMISSÃO DE TURISMO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de dezembro do ano dois mil e três, reuniu-se na sala de Reunião das Comissões sob a presidência do deputado Dobrandino da Silva, mais a presença dos deputados membros da Comissão. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 605/2003, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que institui o Dia e a Semana Estadual do Tropeiro. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrando os trabalhos, dos quais, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Delôra Bueno F. do Amaral Carvalho, secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA - Presidente
Delôra F. do Amaral Carvalho - Secretária

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES**
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano dois mil e três, reuniu-se na sala de Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo senhor deputado Tadeu Veneri, com a presença dos seguintes senhores deputados: Cida Borghetti, Barbosa Neto, Nelson Tureck e Ratinho Júnior. Havendo número legal, o senhor presidente deu início aos trabalhos, passando à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 500/2003, de autoria do deputado Durval

FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 567/2003, de autoria do deputado Reni Pereira. Relator, deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 605/2003, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães. Relator, deputado Ratinho Júnior. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar eu Solange Mann, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU VENERI - Presidente
Solange Mann - Secretária

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES**
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de dezembro do ano dois mil e três, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo senhor deputado Tadeu Veneri. Havendo número legal, o senhor presidente deu início aos trabalhos, passando à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 653/2003, de autoria do deputado Chico Noroeste, que objetiva instituir o Programa Estadual de Bolsa de Estudo, denominado Bolsa Universidade, na forma que especifica. Relator, deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar eu Solange Mann, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU VENERI - Presidente
Solange Mann - Secretária